

O DESAFIO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano Augusto Durat¹;
Marciane Maria Mendes²;

Modalidade: Pesquisa

Eixo temático: 2

A implementação da Educação Integral nas escolas indígenas do Estado do Paraná enfrenta uma série de desafios, mas também apresenta grandes oportunidades para a construção de uma escola que dialogue com a realidade e suas necessidades. A Lei 4.640, de 2023, marca um avanço importante nesse sentido, ao estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da educação em tempo integral, mas sua aplicação nas escolas indígenas exige um olhar atento para as especificidades culturais, territoriais e sociais desses povos. A perspectiva de educação integral apresentada neste texto entende que as dimensões quantitativas — com mais tempo dedicado à escola e/ou ao território — e qualitativa — voltada para a formação integral do ser humano — estão interligadas. Neste sentido, implica construir uma política de Educação Integral com seriedade, em reconhecer que a escola não pode ser um espaço isolado de sua comunidade. O Estado abriga várias comunidades indígenas, compostas por diferentes etnias, como os Guarani, Kaingang e Xetá. Essas comunidades possuem culturas, línguas e tradições próprias, o que torna o desafio da implementação da educação integral em tempo integral ainda mais complexo. O Estado, em setembro de 2023, instituiu pela Lei nº 21.658, o Programa Paraná Integral. Com isso, a rede pública de ensino estadual ampliou a oferta de Educação em Tempo Integral onde 34 instituições de ensino ofertam apenas no Ensino médio; 183 escolas no ensino fundamental anos finais e ensino médio; e 186 ofertam apenas no ensino fundamental anos finais (SEED, 2024). Das 40 escolas indígenas

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, cristianodurat@uffs.edu.br.

² Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, marciane.mendes@uffs.edu.br.

gerenciadas pela Secretaria de Educação, nenhuma delas oferta educação em tempo integral, o que demonstra a importância de uma discussão comprometida com esta realidade. Cada comunidade apresenta suas particularidades e demandas específicas, exigindo que o projeto de educação considere não apenas o aumento do tempo na escola, mas também a adaptação curricular para atender às suas realidades culturais e territoriais. Segundo o Censo de 2022, o Paraná tem uma população indígena estimada em 30.460 pessoas residindo em 345 cidades, em comunidades indígenas rural ou urbana. Ou seja, 86% dos 399 municípios pertencentes ao estado do Paraná, tem pelo menos 1 indígena em sua municipalidade (AEN, 2023). Com isso, a articulação entre a escola e o território indígena se torna essencial para que a educação faça sentido e respeite a identidade de cada comunidade, enfrentando, assim, os desafios de infraestrutura, formação de professores e valorização dos saberes tradicionais. Considerando os dados analisados, pesquisados nas plataformas da Secretaria Estadual de Educação, se faz necessário articular a escola com o território onde ela está inserida, para que o aprendizado faça sentido para esses estudantes. A partir dos estudos de Moll (2012), entende-se que a escola de tempo integral é um “território privilegiado para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, na qual o conhecimento acadêmico dialoga com os saberes culturais, sociais, emocionais e do cotidiano dos estudantes”. Esse sentido é essencial não apenas para garantir a permanência dos estudantes na escola, mas também para que as aprendizagens escolares sejam vistas como um meio de fortalecer suas culturas, identidades e tradições.

Palavras-chave: Educação Integral, Escolas indígenas, Escola Integral, Paraná.